

DOS ENCONTROS COM O MODO DE SER E VIVER DOS GUARANIS: A EXPERIÊNCIA DA ALTERIDADE COMO HORIZONTE

FROM ENCOUNTERS WITH THE GUARANIS WAY OF BEING AND LIVING: THE
EXPERIENCE OF OTHERNESS AS A HORIZON

DOS ENCUNTROS CON LA FORMA DE SER Y VIVIR DE LOS GUARANÍES: LA
EXPERIENCIA DE LA ALTERIDAD COMO HORIZONTE

Silvana Mendes Lima¹

DOI: 10.54899/dcs.v23i93.6466

Recibido: 01/07/2026 | Aceptado: 28/07/2026 | Publicación en línea: 04/08/2026.

RESUMO

O presente artigo apresenta e analisa duas experiências de aproximação à cultura guarani: o encontro entre uma criança guarani e uma instituição de abrigo para crianças e jovens em situação de violência, abandono e negligência; e um projeto extensionista, desenvolvido na Universidade Federal Fluminense que trazia como um de seus dispositivos, o curso de língua e cultura guarani, voltado às temáticas da cultura e da história dos povos indígenas nos currículos das escolas públicas do ensino básico e fundamental. No que se refere ao abrigo, com a presença de uma criança indígena, passamos por uma transformação estrutural, pedagógica e cultural, de modo a promover práticas inclusivas em diferentes níveis. Com relação ao curso de língua e cultura guarani, acreditamos que esse processo foi enriquecedor para professores e alunos, possibilitando a introdução e a difusão dos conhecimentos tradicionais nas escolas. Conclui-se que, em ambas as experiências, atravessadas pela cosmovisão guarani, nos trouxeram a possibilidade de experimentarmos a fronteira que nos convoca ao exercício da alteridade.

Palavra-chave: Abrigo. Língua. Cultura. Aldeia Guarani. Alteridade.

ABSTRACT

This article presents and analyzes two initiatives aimed at fostering an understanding of Guarani culture: the encounter between a Guarani child and a shelter for children and youth who have experienced violence, abandonment, and neglect; and an outreach project developed at Fluminense Federal University, which included, among its components, a Guarani language and culture course focused on the culture and history of indigenous peoples within the curricula of public elementary and middle schools. With regard to the shelter, the presence of an indigenous child led to a structural, pedagogical, and cultural transformation, promoting inclusive practices at various levels. As for the Guarani language and culture course, we believe this process was enriching for both teachers and students, facilitating the introduction and dissemination of traditional knowledge in schools. We conclude that both of these experiences, shaped by the

¹ Doutora em Ciências da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: sm_lima@id.uff.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3944-2992>

Guarani worldview, have given us the opportunity to explore the frontier that calls us to embrace otherness.

Keywords: Shelter. Language. Culture. Guarani Village. Otherness.

RESUMEN

El presente artículo presenta y analiza dos experiencias de acercamiento a la cultura guaraní: el encuentro entre un niño guaraní y un centro de acogida para niños y jóvenes en situación de violencia, abandono y negligencia; y un proyecto de extensión, desarrollado en la Universidad Federal Fluminense, que incluía, entre otras iniciativas, un curso de lengua y cultura guaraní, centrado en temas relacionados con la cultura y la historia de las poblaciones indígenas en los planes de estudios de las escuelas públicas de enseñanza básica y primaria. En relación con el centro de acogida, con la presencia de un niño indígena, experimentamos una transformación estructural, pedagógica y cultural para promover prácticas inclusivas en distintos niveles. En cuanto al curso de lengua y cultura guaraní, creemos que este proceso resultó enriquecedor tanto para el profesorado como para el alumnado, lo que permitió la introducción y la difusión de los conocimientos tradicionales en las escuelas. Se concluye que ambas experiencias, impregnadas de la cosmovisión guaraní, nos han brindado la posibilidad de experimentar la frontera que nos invita al ejercicio de la alteridad.

Palabras clave: Refugio. Lengua. Cultra. Aldea Guarani. Alteridad.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O presente artigo narra duas experiências de aproximação aos modos de ser, pensar e viver do povo Guarani ocorridas, primeiramente, em uma instituição de abrigo e, depois, no território de uma universidade pública, em momentos históricos distintos: uma durante a década de 1990 e outra retomada a partir de 2016.

Durante os anos 90, realizamos um trabalho na instituição de abrigo para crianças e jovens em situação de violência: Casa Abrigo da Criança. Trata-se de um equipamento público pertencente à Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, que contava com uma equipe técnica composta por psicólogas, assistentes sociais e um grupo de educadoras. A construção desse equipamento público foi resultado de uma luta política cujo objetivo era criar um espaço de acolhimento orientado à garantia dos direitos da criança e do adolescente, quando ameaçados por ação ou omissão da sociedade, do Estado ou dos pais, visando à reintegração familiar ou à adoção.

A garantia de direitos a crianças e jovens encontra-se pautada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990), que rege as instituições de abrigo que oferecem "acolhimento institucional" e traz como pontos principais:

- 1. Excepcionalidade:** O afastamento da família de origem é a última alternativa, utilizada apenas em casos de grave risco à integridade física ou psíquica da criança ou do adolescente.
- 2. Provisoriedade:** A permanência no abrigo não pode se prolongar indefinidamente. O ECA estabelece a reavaliação periódica da situação pela autoridade judiciária, visando sempre a uma solução qualificada.
- 3. Direitos Fundamentais:** As instituições devem garantir o acesso à saúde, à educação, à cultura e ao lazer, bem como à convivência familiar e comunitária. Toda criança deve ser matriculada e frequentar a escola.
- 4. Comunicação obrigatória:** Em caráter de urgência, os abrigos podem receber crianças, sem prévia ordem judicial, mas devem comunicar o fato ao Juiz da Infância e da Juventude em até 24 horas.

A importância do acolhimento institucional reside em garantir abrigo temporário e seguro quando a criança ou o jovem precisa ser afastado da família de origem devido à negligência, à violência ou ao abandono.

Para tanto, a instituição deve promover a convivência familiar e comunitária, proibindo o isolamento da criança ou do adolescente, buscando restabelecer os laços com a família de origem, sempre que possível. O ECA garante que, caso o retorno à família de origem seja inviável, a criança seja inserida em uma família substituta (adoção) no menor tempo possível.

Coordenar um abrigo dessa natureza é de extrema complexidade e os desafios são de distintas ordens. No caso da experiência aqui relatada, encontramos, a partir da instalação do equipamento em um dos bairros da cidade, resistência e preconceito por parte dos moradores em aceitar a nossa unidade de acolhimento.

Incluem-se, igualmente, outros desafios, como o de cumprir a regra do ECA de permanência dos abrigados, no máximo, de 18 meses. No caso dos jovens, em particular, defrontamo-nos com a falta de políticas urbanas de habitação dirigidas aos que completam 18 anos. Esse quadro se acirra quando consideramos a realidade de famílias que enfrentam extrema pobreza, desemprego e falta de moradia adequada, o que dificulta a reintegração dessa população à sua família de origem. Esses desafios demonstram a importância de pensar o abrigo e sua

relação com a rede de apoio, não apenas nos serviços públicos de assistência social e nas políticas de saúde, trabalho, moradia e educação, mas também com a sociedade civil organizada que participa da vida da cidade.

E uma cidade é constituída por pessoas, grupos, instituições, todos portadores de diferentes valores sociais, culturais e religiosos. Valores que podem se tornar referências, no sentido de criar vínculos afetivos, familiares, de trabalho, de lazer, entre outros, com crianças e jovens que, por circunstâncias traumáticas, demandam as instituições de abrigo.

No caso da nossa experiência na Casa Abrigo, um dos grupos acolhidos foi uma criança da Aldeia Guarani SapuKai². Uma presença que produziu efeitos sociais, políticos e pedagógicos de uma delicadeza e complexidade ímpar, a começar por nos aproximar da problemática indígena e da relação vital que estabelecem com o território, entre outros aspectos do modo de ser e viver do povo guarani.

Iniciaremos, primeiramente, narrando o encontro entre a Casa Abrigo da Criança e a aldeia guarani, apresentando alguns dos impasses e das saídas engendrados quando ambos se colocam como desafio ao acompanhar a inserção de uma criança aldeada em uma instituição de abrigo. Em seguida, apresentaremos outra forma de aproximação aos Guaranis, a partir de um projeto extensionista desenvolvido na Universidade Federal Fluminense. Um projeto de ensino da língua e da cultura guarani, coordenado por docentes do Instituto de Psicologia e da Faculdade de Educação, que abriu as fronteiras entre a universidade, a rede de ensino básico e fundamental das escolas públicas e as aldeias guarani do município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro.

MEMÓRIAS DE UM “FUTURO ANCESTRAL”³

**Um índio preservado em pleno corpo físico
Em todo sólido, todo gás e todo líquido
Em átomos, palavras, alma, cor
Em gesto, em cheiro, em sombra, em luz, em som magnífico
Num ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico
Do objeto-sim resplandecente descera o índio
E as coisas que eu sei que ele dirá, fará**

² A Aldeia Sapukai está localizada na Terra Indígena de Bracuí, distrito de Angra dos Reis/RJ., na região da Costa Verde fluminense.

³ O conceito “futuro ancestral”, cunhado pelo líder indígena Ailton Krenak, traz a ideia central de que o futuro não é uma linha contínua de “progresso” tecnológico, mas algo que só pode ser construído se nos reconectarmos com os ensinamentos que os nossos antepassados já praticavam, assim como com a natureza em nós. Trata-se, paradoxalmente, de uma conexão com o presente, já que o futuro não é um destino distante, mas o que fazemos aqui e agora. Nesta direção, Krenak aponta que a alternativa é “reflorestar o nosso imaginário”, resgatando o entendimento de somos parte da teia da vida.

**Não sei dizer assim de um modo explícito
Um Índio: Caetano Veloso**

Dia de retomar a rotina de coordenação da Casa Abrigo das Crianças. Uma instituição destinada a abrigar, provisoriamente, crianças e jovens em situação de abandono, violência e negligência. Neste dia, em especial, fomos surpreendidos pela ação do Conselho Tutelar local e por sua demanda: que a Casa abrigasse um grupo de cinco curumins pertencentes a uma aldeia Guarani situada entre as cidades de Angra dos Reis e Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Segundo o Conselho, eles haviam passado a noite nas ruas da cidade e, portanto, seria importante o acolhimento até que pudéssemos encaminhá-los de volta à Aldeia.

Falavam sua língua materna, o guarani mbya, o que dificultava a comunicação entre nós e eles. Sim, nós de um lado e eles de outro. Essa era a sensação que nos rondava. Mundos diferentes, mundos apartados, mundos agora cruzados. Frente à diferença ali apresentada, convidamos o cacique da Aldeia com o intuito de viabilizar o retorno dos curumins à Aldeia. Tivemos, então, em plena segunda-feira, a honra de receber a visita de um cacique na Casa Abrigo. Embora conhecêssemos muito pouco sobre o modo de vida guarani, a presença de um cacique anunciava a legitimidade de sua liderança e o lugar de sabedoria que ocupava entre o seu povo e para o seu povo. Em um primeiro gesto, voltou-se aos curumins e, em roda, trocaram uma longa conversa, sempre em tom de voz baixo. Entre eles, um gesto sobressaltava, expresso por um dos curumins. Era um gesto de cabeça, como se discordasse das orientações do cacique. Assim nos parecia. Gesto que trazia uma negativa.

Enfim, terminada a conversa, o Cacique nos dirige a palavra e afirma que um dos curumins quer experimentar um modo branco de ser. Nos solicita, então, permissão para que ele seja acolhido na Casa.

Nos escapava, até então, qual o sentido desse desejo, expresso por um dos seus curumins: o de experimentar um modo branco de ser. Somente tempos depois, a partir da convivência estabelecida entre nós e um curumim na Casa Abrigo, é que, juntos, criamos um sentido próprio a esse desejo, expresso pelo curumim, com todos os embates que, desde então, foram inaugurados a partir daquele encontro/acontecimento.

Havia lido, tempos atrás, o livro Terra Sem Mal. Neste livro Clastres (1978, pg.31) explicita um sentido de nomadismo próprio aos guaranis pautado na busca da Terra sem Mal, uma espécie de:

[...] lugar privilegiado, indestrutível, em que a terra produz por si mesma os seus frutos e não há morte... Morada dos ancestrais, sem dúvida, a Terra sem Mal também era um lugar acessível aos vivos, aonde era possível, "sem passar pela prova da morte", ir de corpo e alma. Se tivessem prestado atenção, os cristãos não teriam deixado de perceber que eram uma única coisa a terra de "além das montanhas", morada das almas, e esse outro lugar em que a terra produz sem sementeira e não há morte, que os profetas prometiam aos índios. Teriam sido confrontados, então, com o que não poderia deixar de lhes aparecer como escândalo ou incompreensível loucura: uma religião em que os próprios homens se esforçam por se tornar semelhantes aos deuses, imortais como eles.

Me arrisco, então, a partilhar com o cacique o entendimento da autora: sobre a crença na busca da Terra sem Mal para o povo Guarani. Disse ele: Sim, essa é uma crença do meu povo e nos torna, cultural e espiritualmente, um povo em êxodo. Segue narrando a dificuldade desse exercício de nomadismo presente em suas crenças. Como ocorre historicamente desde as primeiras invasões, o uso da terra segue predominantemente — em grau acelerado, de forma vertiginosa — na propriedade dos grandes latifundiários, além do lento processo de fazer valer os direitos concernentes à demarcação das terras indígenas, tal qual declarado na Constituinte de 1988.

De acordo com o cacique, o território destinado ao seu povo encontrava-se, naquela ocasião, apresentando muitos problemas. Terra íngreme, pouco irrigada e, portanto, não produzia os frutos e outros alimentos próprios à cultura guarani. Essas péssimas condições territoriais, vividas na Aldeia, precarizam as condições materiais de existência de seu povo e provocam um mal-estar entre eles, em especial a relação com suas crianças e jovens. Acresce-se, ainda, à dificuldade de circulação no sentido de conquistar um novo território, própria à crença de seu povo na busca da Terra sem Mal. Esse conjunto de dificuldades impedia-os, em certa medida, de sustentarem seu modo próprio de vida ou, como se expressa na língua guarani, de garantir o exercício cotidiano de seu Nhandereko. Assim, fundar um Nhandereko ou, ainda, recuperá-lo, tal qual anunciava a palavra do cacique, liderança política da Aldeia, é o que lhes garante realizar o projeto coletivo de reconstrução do mundo Mbya.

Vale ressaltar o valor da palavra para o povo Guarani, em especial, a partir da função que o Cacique exerce e ocupa em sua Aldeia. Neste caso, é como se a palavra houvesse sofrido um abalo sísmico e perdido a sua consistência. Constatação acompanhada de lágrimas que escorriam, como um rio em correnteza, pelos olhos de um cacique, no momento mesmo em que narrava o que acometia a sua aldeia. E, em meio àquela comoção, a afirmação veemente de que a deriva dos curumins em direção à cidade tinha, em parte, relação direta com o esvaziamento da palavra e com a impossibilidade de fazer valer um povo em êxodo, embora não desenraizado, pois a terra

que procura é a que lhe servirá de base ecológica, hoje e amanhã como em tempos passados (Bartolomeu Meliá, 1989).

Ainda sobre o sentido que a palavra adquire para os guarani, Chamorro (2008, pg.254) aponta que:

A palavra é a unidade mais densa que explica como se trama a vida para os povos chamados Guaraní e como eles imaginam o transcendente. As experiências da vida são experiências de palavra. Deus é palavra. (...) O nascimento, como o momento em que a palavra se senta ou provê para si um lugar no corpo da criança. A palavra circula pelo esqueleto humano. Ela é justamente o que nos mantém em pé, que nos humaniza. (...) Na cerimônia de nomeação, o xamã revelará o nome da criança, marcando com isso a recepção oficial da nova palavra na comunidade. (...) As crises da vida – doenças, tristezas, inimizades etc. – são explicadas como um afastamento da pessoa de sua palavra divinizadora. Por isso, os rezadores e as rezadoras se esforçam para ‘trazer de volta’, ‘voltar a sentar’ a palavra na pessoa, devolvendo-lhe a saúde. (...) Quando a palavra não tem mais lugar ou assento, a pessoa morre e torna-se um devir, um não-ser, uma palavra-que-não-é-mais. (...) *Ñe’ẽ* e *ayvu* podem ser traduzidos tanto como ‘palavra’ como por ‘alma’, com o mesmo significado de ‘minha palavra sou eu’ ou ‘minha alma sou eu’. (...) Assim, alma e palavra podem adjetivar-se mutuamente, podendo-se falar em palavra-alma ou alma-palavra, sendo a alma não uma parte, mas a vida como um todo.

Sim, a palavra ocupa um lugar fundamental no modo de ser guarani. Isto porque a palavra e a alma são indissociáveis. Alma entendida como portadora de um princípio vital que anima todos os corpos e seres em suas distintas linguagens ou formas de expressão. Dito de outro modo, a palavra, para o povo guarani, é um corpo e, como tal, torna-se consistente apenas quando o que se evoca traz como correspondente uma prática efetiva, prestes a ser encarnada.

Nesta primeira conversa, o cacique tentava nos dizer que, naquele momento, sua aldeia padecia de uma espécie de doença. Aquela que advém da separação entre a palavra e a alma. Sua palavra, quando dirigida a seu povo, perdia consistência. Mas esse seu “parecer”, descrito com certa dor e angústia, portava um desejo de cura. A cura, neste caso, consistia em restaurar a palavra, devolvendo-lhe sua alma, ou vice-versa, o que implicava produzir as condições para que a alma buscasse a palavra que foi silenciada, ou ainda, criá-la.

O adoecimento e a cura a partir da palavra. Palavra e alma: indissociáveis. Eis, uma primeira pista de que um modo de ser guarani nos deixou, quase como um legado. Assim, de volta à sua aldeia, com quatro curumins, firmamos, junto ao cacique, o compromisso de acolher e acompanhar um dos seus que deseja experimentar um modo branco de ser. Aquela primeira sensação, experimentada com a chegada dos curumins à Casa Abrigo, que, na ocasião, lançava uma cisão entre nós — eles, de um lado, e a Casa Abrigo, de outro —, rapidamente se converteu

e ganhou um novo estatuto. O estatuto do Entre. Agora **entre** nós-Casa e eles-Guarani. Inaugura-se, assim, uma experiência-limite, de cruzo. Experiência que comporta, ao mesmo tempo, a dissolução e a composição. Desde então, nossas práticas de acolhimento e cuidado na Casa Abrigo, interpeladas por um modo guarani de ser, tornaram-se outras e também nos tornamos distintos do modo como até então nos definíamos como pessoas e como instituição de acolhimento de crianças e jovens em situação de violência. Um modo guarani, em que a palavra de um cacique “... e as coisas que eu sei que ele dirá, fará, não sei dizer de um modo explícito, virá impávido que nem Muhammad Ali! Virá que eu vi! Apaixonadamente como Peri! Virá que eu vi! Tranquilo e infalível como Bruce Lee! Virá que eu vi! O axé do afoxé Filhos de Gandhi. Virá!!!!”

A EXPERIÊNCIA DA ALTERIDADE COMO UM VALOR

**O bom do caminho é haver volta
Para ida sem vinda
Basta o tempo
Mia Couto (2003, pg.123)**

O encontro com os Guarani, para a minha alegria, foi retomado vinte anos após as experiências vividas em Angra dos Reis, na década de 90. Mas agora, no território da Universidade Federal Fluminense, a partir de um projeto extensionista de ensino da língua e da cultura guarani, realizado entre 2016 e 2019 e retomado após a pandemia da Covid, entre 2023 e 2024. Ele foi desenvolvido a partir de uma articulação entre o Instituto de Psicologia e a Faculdade de Educação.

Como objetivo geral, buscava abrir espaço para os conhecimentos e línguas indígenas no âmbito da universidade e contribuir para a implementação da Lei 11.645/2008, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e torna obrigatória a inclusão das temáticas das Culturas e da História dos Povos Indígenas nos currículos das escolas brasileiras de educação básica. Avaliamos que o curso de extensão que promovemos foi além das questões linguísticas formais e abrangeu aspectos da cultura e da cosmovisão guarani. Além disso, interferiu qualitativamente nas práticas pedagógicas dos cursistas, em sua maioria professores do ensino básico e fundamental das escolas públicas, em relação à temática indígena.

A metodologia utilizada viabilizou o encontro dos cursistas com a aprendizagem da língua por meio de aulas, realizadas semanalmente, como oficinas de artesanato, jogos, dança e canto,

exibição de filmes e visitas a aldeias guarani. Acreditamos que o valor do caminho metodológico que elegemos foi o de nos deixarmos ser interferidos pela diferença e, nesta interseção, nos tornarmos outros, diferentes do que somos.

“Jaikuaa, Nhanhembo’e, Jaiko Vy Ojeupive”, é o nome do curso que promovemos e que se traduz, na língua portuguesa, em conhecer, aprender, conviver. Para tanto, um cuidado nos acompanhou desde as primeiras linhas de elaboração do projeto até a sua efetivação: o de avaliarmos o que desse encontro se torna possível e passível de ser transmitido quando universos de referência tão distintos se cruzam.

Compreendemos que, no gesto narrativo, cria-se a oportunidade de transmitir um tipo de conhecimento sobre outro. Nesta direção, conhecer a língua e a cultura guarani traz alguns desafios, entre eles, o de fazer consistir a experiência da alteridade em que somos convocados no encontro com a diferença. Mas a produção da alteridade implica, igualmente, sustentarmos algo de natureza fronteira. Valeria, então, distinguir quando a fronteira se funda, de um lado, a partir de uma porosidade que cria pontes, intercâmbios, trocas e, de outro, produz paredes em que o outro, por ser diferente, torna-se alvo de práticas tutelares e colonizadoras.

O cuidado ao lançar a questão — a serviço de que as fronteiras trabalham e quais efeitos produzem — dá-se em função de um acontecimento histórico, a saber, o da “conquista” da Terra Brasilis⁴. Esse acontecimento promoveu uma cisão entre, por um lado, o mundo dito civilizado e, de outro, o selvagem, e, a partir desta cisão, nasceu uma série de atributos: bestas, indolentes, preguiçosos, que tornaram, desde o primeiro momento, os povos que aqui viviam objetos de intervenção e práticas que vão desde os castigos mais cruéis, a dizimação, até as formas mais sutis de exercício do poder. Essa dimensão colonizadora que este acontecimento atualiza acarreta riscos.

Considerando esses riscos, é que nos perguntamos sobre o que nos autoriza, enquanto pesquisadores, a narrar esse encontro entre diferentes culturas. Essa questão nos obriga a distinguir entre duas direções. A primeira, muito presente em epistemologias positivistas atravessadas por uma perspectiva eurocêntrica que historicamente se autorizaram (e ainda se autorizam) a falar do outro e pelo outro. O desdobramento desta direção teve como um de seus efeitos a produção de um distanciamento que gerou atos de violência de todas as ordens (físicas,

⁴ A expressão Terra Brasilis é usada pelas primeiras expedições que atracaram suas caravelas nas terras do que depois se nomeou Brasil. Ela servia para descrever e reconhecer a disposição geográfica, os povos e seus costumes, clima, região, a extensão das terras recém descobertas. Optamos por usá-la no texto dada à extensão que esta expressão encerra.

simbólicas, epistemológicas, genocidas).

Uma segunda direção, que insistimos em construir no encontro com os guarani, se processa, de modo distinto, por meio de um exercício de “falar com o outro”. Assim, trata-se, muito mais, de criar uma fusão de horizontes que traz uma abertura para o outro; uma disposição de deixar-se afetar pelo outro, mantendo o cuidado de marcar que a qualidade dessa compreensão jamais fará jus à realidade que o outro vivencia. Narrar, no campo das ciências humanas, implica reflexões de natureza política que, a partir da perspectiva benjaminiana, como pergunta Ferreira (2011, p.128):

Narrar para quê? Narrar para evitar que se negue a palavra aos mortos. Narrar para evitar que os inimigos continuem vencendo e para fortalecer uma perspectiva que se avizinha do olhar da criança: atenção aos detalhes, ao ínfimo, ao transitório, às personagens sempre alocadas nos níveis mais baixos dos monumentos. A narrativa, em sua história materialista, permite que em Walter Benjamin não se abandone a versão fatalista vigente por outra, rancorosa ou saudosista. Afinal, a história deve servir à vida e não o contrário.

Narrar é sondar as novas possibilidades de que, a cada narrativa, o outro (re) exista. Eis a força das narrativas quando compreendemos que elas servem à vida. No caso de nosso projeto, postulamos que a língua e a cultura guarani também possam (re) existir. Portanto, entendemos a urgência desse postulado num país como o Brasil, com uma formação histórico-cultural de genocídio sem precedentes contra os povos indígenas.

Por isso, insistimos na importância de multiplicar as narrativas que façam frente à história dos vencedores que nos foi legada como única e verdadeira. E, como sabemos, o processo violento de colonização perpetrado no país nasce de uma cegueira absoluta em relação ao universo de referência dos povos indígenas. Portanto, narrar a história desse projeto e de seus efeitos é, igualmente, uma maneira de testemunhar a favor dos guarani, de modo a garantir as formas de existência da língua e da cultura desse povo. Há, no ato de narrar, gestos de validação, de dar passagem a algo, já que não se trata mais de adaptá-los às categorias eurocêntricas de que dispomos.

Nesse processo de validar e dar passagem a uma cosmovisão guarani, à sua dimensão cultural e aos seus saberes ancestrais, construímos o projeto “Patrimônio cultural, conhecimentos tradicionais e educação indígena”. Nele, incluímos como dispositivo o que nomeamos de Curso e Oficinas de Língua e Cultura Guarani. Um projeto que desenvolveu formatos distintos e indissociáveis: aulas de guarani, ministradas por um professor e cineasta guarani, dirigidas a professores da rede pública de ensino básico e fundamental, pesquisadores e estudantes da

universidade, que aconteceram semanalmente no Campus da universidade e, nos dois últimos anos, quinzenalmente os encontros foram realizados em parceria com Sindicato dos Profissionais da Educação de Niterói; visitas à Aldeia guarani Ara Hovy e a Aldeia Mata Verde Bonita, ambas situadas no município de Maricá, assim como as Aldeias Sapukai, em Angra dos Reis e a Aldeia Araponga, em Paraty; realização de oficinas com integrantes da aldeia; grupos de estudo, entre outros. O dispositivo das Oficinas promoveu formas de aproximação entre a universidade, as escolas de ensino básico e médio do município de Niterói, no Rio de Janeiro, e os municípios vizinhos.

Neste ano de 2026, nos aproximamos dos jovens guarani por meio de uma ação coordenada entre o Curso de Psicologia, a Faculdade de Educação da UFF e a Escola Municipal indígena Para Poty Nhe'já, na Tekoa Ka'aguy Ovy Porã, situada na Aldeia Mata Verde Bonita, em Maricá.

Trata-se de um projeto de Estágio Básico II, disciplina ministrada no Instituto de Psicologia da UFF, que se articula com uma forma de gestão fundamentada no princípio de que a escola indígena é território. Território de vida, memória, espiritualidade, trabalho coletivo, produção de conhecimento, cuidado e de um futuro ancestral.

Um dos eixos do projeto trata da gestão da cultura, das linguagens e das juventudes. Esse eixo objetiva desenvolver ações de escuta, cuidado e acompanhamento dos processos afetivos das juventudes indígenas em torno das questões de gênero, racismo, sexualidade, convivência entre pares, tendo como horizonte integrar saúde mental, escola, território e comunidade.

Estamos, portanto, buscando criar dispositivos de acolhimento à juventude indígena Guarani, aliados ao fortalecimento da comunidade em seu território e à ampliação de um diálogo geracional e intercultural que viabilize a troca de saberes, priorizando a autonomia e o protagonismo desses jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao narrarmos ambas as experiências do encontro com os povos guarani, entendemos que elas atuaram como uma espécie de ponte construída sobre um abismo aberto há mais de quinhentos anos. O lado mais empobrecido desta ruptura, por sua centralidade e unilateralidade, desenvolveu um olhar embaçado e distante em relação à cultura e à língua guarani. Somente há pouco mais de trinta anos, por meio da Constituinte de 1988 e com muita luta, começa-se a

esboçar um novo quadro, em que o indígena deixa de ser figura translúcida para ganhar as cores de protagonista de sua própria história.

Outro aspecto importante é que nos engajamos no fortalecimento da luta histórica dos guarani por condições dignas em seus territórios, a fim de garantir o exercício cotidiano de seu Nhandereko.

Na Casa Abrigo da Criança, a convivência com o curumim criou um jogo de interpelações recíprocas entre o abrigo e a aldeia. No que se refere ao abrigo, passamos por uma transformação estrutural, pedagógica e cultural de modo a promover práticas inclusivas em diferentes níveis. Entre elas, ouvindo e valorizando os saberes do povo guarani por meio da criação de rodas de conversa sobre a cosmologia indígena, entre outros temas, em conjunto com o pessoal técnico e administrativo que trabalhava no abrigo. Na busca por inserir a criança indígena na escola, tivemos o cuidado de escolher uma instituição educativa aberta a criar uma mediação pedagógica que garantisse à criança a compreensão dos conteúdos sem que ela perdesse sua língua nativa.

No caso da experiência desenvolvida no curso de língua e cultura guarani, com o intuito de fazer valer a Lei 11645/08, que institui o ensino das culturas indígenas nos bancos escolares e modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promovemos diversas atividades que, de certa forma, contribuíram para ampliar o campo de formação. Acreditamos que esse processo foi enriquecedor para professores e alunos, possibilitando a introdução e a difusão dos conhecimentos tradicionais nas escolas. Trata-se de combater e diluir a visão equivocada que, além de estereotipar o indígena, acentua preconceitos e promove a exclusão social.

No caminhar do projeto, acreditamos que o valor do caminho metodológico que elegemos foi o de nos deixar ser interferidos pela diferença e, nesta interseção, tornar-nos outros diferentes do que somos. Ultrapassamos, de certa maneira, um paradigma cientificista pautado na ideia de que o conhecimento é possível apenas na estabilidade. Um paradigma que criou paredes muito rígidas entre os saberes, entre homem e natureza, entre mente e corpo. Na direção contrária e de modo avesso a esse paradigma, apostamos no encontro e na mistura das nossas diferenças, criando paredes porosas, acolhendo os saberes da cultura guarani.

Essa porosidade entre os saberes se expandiu de diferentes maneiras, a começar pelo encontro entre dois cursos no território da universidade: Educação e Psicologia. Nesse encontro, viabilizamos uma articulação entre esses distintos campos de saber em prol de um plano comum, expresso no desejo de dar suporte e consistência ao curso de língua e cultura guarani. A articulação entre esses cursos funcionou como uma espécie de antídoto à fragmentação que, de

modo geral, experimentamos na universidade. Frente a essa fragmentação, o que vivenciamos foi o seu avesso: uma aprendizagem compartilhada e de retroalimentação entre os campos da educação e da psicologia; uma circulação efetiva nas salas, nos pilotis e nos auditórios de ambos os cursos; um fortalecimento das dimensões culturais e educativas e da produção de novas subjetividades no espaço acadêmico.

Por fim, todas essas dimensões, somadas e atravessadas pela cosmovisão guarani, nos trouxeram a possibilidade de experimentarmos a fronteira que nos convoca a fazer uma dobra em nós mesmos. Dobra que se tornou sinônimo da experiência da alteridade.

REFERÊNCIAS

BARTOLOMEU MELIÁ, S. J. A terra sem mal dos Guaranis. São Paulo. **Revista de Antropología**, Vol. 33. 1990.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 16.jul.1990.

CHAMORRO, G. **Terra Madura, Yvy Araguayje: fundamentos da palavra guarani**. Dourados-MS: Editora UFGD, 2008.

CIASTRES, H. **Terra sem mal**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

COUTO, M. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FERREIRA, M.S. (2011). Walter Benjamin e as questões das narratividades. Rio de Janeiro: **Mnemosine**, vol.7, n.º 2, pg. 121-133.